



Edital de 1ª e 2ª Leilão Eletrônico do bem e para intimação dos Executados: Jeremias Pereira Cardoso CPF: 010.739.668-87, Clóvis Figueira Boaventura CPF: 331.886.618-00, bem como de TECMONTAL Instalações e Montagens Ltda., acerca dos leilões eletrônicos designados, expedido nos autos da Ação de Execução Por Quantia Certa, proposta pelo Exequente: Banco do Brasil S.A, CNPJ: 00.000.000/3569-64. Processo nº 0720076-40.1996.8.26.0100.

O Dr. Douglas Iecco Ravacci, MM Juiz de Direito da 33ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC, **faz saber** que o Leiloeiro Oficial Mauro da Cruz (JUCESP n° 912), por meio do *website:* **www.alienajud.com.br**, levará a praça a venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo que a primeira 1ª (**primeira**) **Praça terá início dia 08** (**oito**) **de maio de 2023, às 16:00 horas e término no dia 11 (onze) de maio de 2023, às 16:00 horas**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, desde que igual ou acima da avaliação. Caso não haja licitantes em primeira praça, inicia-se sem interrupção a 2ª (**segundo**) **Leilão que se encerrará dia 31 (trinta e um) de maio de 2023 às 16:00hs**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior ao equivalente a **50%** (**cinquenta por cento**) do valor da avaliação atualizada. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das datas designadas, na hipótese de não serem localizadas para intimação pessoal.

**<u>BEM</u>**: Os direitos que os executados possuem sobre o veículo marca HONDA ACCORD EX, placa BPN-4411, ano de fabricação/modelo 1994, chassi 1HGCD5668RA174599, Renavam 626997780.

**AVALIAÇÃO:** A avaliação do bem para agosto/2022 é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

ÔNUS SOBRE O BEM: Consta informação de Restrição Judicial.

LOCAL DO BEM: Rodovia BR 262, km 375, Zona Rural, Juatuba/MG, CEP.: 35675-000.

<u>DAS CONDIÇÕES</u>: As praças serão realizadas exclusivamente por MEIO ELETRÔNICO, através do *website*, pelo qual serão captados os lances. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para poderem participar das praças eletrônicas, fornecendo os dados e informações solicitadas. O bem será vendido em caráter "*ad corpus*", ou seja, por inteiro, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação ou abatimento do preço, por eventual divergência entre o que constar da descrição do bem e a realidade existente. O arrematante adquire o bem no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quando a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. Todas as providências e despesas necessárias ao bem e efetiva imissão na posse correrão por conta do arrematante.

**DO PAGAMENTO DO LANCE:** O pagamento do lance vencedor será à vista, cabendo ao arrematante efetuar o pagamento do preço no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, nos termos do artigo 895 do Código de Processo Civil, poderá apresentar: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a **50%** (**cinquenta por cento**) do valor de avaliação atualizado.

<u>DA COMISSÃO DEVIDA AO LEILOEIRO</u>: A comissão do Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. O





pagamento da comissão devida ao Leiloeiro deverá ser realizado no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de boleto bancário a ser efetivado em favor do Leiloeiro, sob pena de desfazimento da arrematação. Decorridos o prazo sem que o adquirente tenha realizado o pagamento do lance ou da comissão do Leiloeiro, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Não sendo efetuado pelo adquirente o depósito da oferta ou a comissão do Leiloeiro, os lanços imediatamente anteriores serão submetidos à apreciação do MM Juízo.

**<u>DÉBITOS DESTA AÇÃO</u>**: Os débitos totalizam o valor de R\$ 1.449.042,97 (um milhão e quatrocentos e quarenta e nove mil e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos), atualizados até março/2023.

<u>**DÉBITOS DO BEM:**</u> Constam débitos relativos a licenciamento do veículo no valor de R\$ 932,44 (novecentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

<u>DO CONDUTOR DO LEILÃO:</u> O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Mauro da Cruz, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 912.

Nos termos dos § único do artigo 130 do Código Tributário Nacional, os débitos tributários de caráter *propter rem* a incidirem sobre o imóvel ficarão sub-rogados sobre o preço da arrematação.

Não consta recurso ou causa pendente de julgamento.

> Dr. Douglas Iecco Ravacci Juiz de Direito